

**Práticas Socioculturais de Comercialização de Povos
Indígenas do Oiapoque-AP: Relações de trocas frente às
fugas das Colonialidades**

**Sociocultural Commercialization Practices of Indigenous
Peoples of Oiapoque-AP: Exchange relationships in the
face of escapes from Colonialities**

Maria Adriana Leite¹

Elizabeth Gomes Souza²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo problematizar as práticas socioculturais de comercialização dos povos indígenas, frente as práticas ocidentais dominantes mantidas pela colonialidade ocorridas entre não indígenas e povos indígenas do Amapá e norte do Pará, a partir das vozes dos acadêmicos indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, na universidade Federal do Amapá. Trata-se de um recorte dos dados produzidos no contexto da pesquisa de doutorado: Práticas socioculturais de comercialização na formação intercultural indígena do Amapá-Oiapoque: resistências e mudanças frente às amarras da colonialidade. O trabalho possui como opção metodológica a decolonialidade que visa desconstruir as estruturas de poder, conhecimento e dominação, buscando fazer emergir as vozes e experiências dos subalternizados, como as dos povos indígenas e minorias étnicas, discutido a partir de suas trocas comerciais. Ao tratar sobre as práticas de comercialização dos povos indígenas do Amapá, foi possível ampliar o diálogo e compreensão sobre as diferentes visões de mundo, valores, modos de vida e formas de interagir com o ambiente e com outras comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas. Práticas socioculturais de comercialização. Colonialidade.

ABSTRACT

¹Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: m.adrianaleite@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9151-4175>

²Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI/UFPA). E mail: elizabethgs@ufpa.br Orcid. <https://orcid.org/0000-0001-7119-0348>

This article aims to problematize the sociocultural commercialization practices of indigenous peoples, in the face of dominant Western practices maintained by coloniality that occurred between non-indigenous and indigenous peoples of Amapá and northern Pará, based on the voices of indigenous academics from the Indigenous Intercultural Degree Course at the Federal University of Amapá. This is a sample of data produced in the context of doctoral research: Sociocultural commercialization practices in indigenous intercultural formation in Amapá-Oiapoque: resistance and changes in the face of the constraints of coloniality. The work has as a methodological option the decoloniality that aims to deconstruct the structures of power, knowledge, and domination, seeking to bring out the voices and experiences of the subalternized, such as those of indigenous peoples and ethnic minorities, discussed based on their commercial exchanges. By dealing with the commercialization practices of the indigenous peoples of Amapá, it was possible to expand dialogue and understanding about different worldviews, values, ways of life, and ways of interacting with the environment and other communities.

KEYWORDS: Indigenous Peoples. Sociocultural Commercialization Practices. Coloniality.

Introdução

As práticas de comercialização são atividades que envolvem direta ou indiretamente o comércio e fazem parte da vida de muitos povos tradicionais da Amazônia, introduzidas desde o primeiro contato com os não indígenas. A prática de comércio pode abranger uma variedade de atividades, como *marketing*, gestão de estoque, atendimento ao cliente, negociação de contratos, entre outras. As atividades comerciais, em geral, envolvendo a compra, venda e troca de bens e serviços entre pessoas, empresas ou entidades, e inclui todas as etapas do processo comercial, desde a aquisição de produtos ou serviços até a sua venda aos clientes.

Na contemporaneidade, as práticas de comércio são comuns em diversos contextos sociais, e tem permitido que pessoas estabeleçam relações de trocas, planejem suas rendas, agreguem valores aos seus produtos, além de provocar mudanças no modo de agir, pensar e na relação de convívio junto aos membros de seus grupos sociais e com outras comunidades. Os europeus ao invadirem os territórios das Américas se deparam com povos indígenas autônomos, com modos de vida que contrastavam significativamente com os da Europa. Os impactos resultantes da invasão dos europeus levaram ao desaparecimento de várias comunidades indígenas.

Os povos da América contribuíram para a formação de grande parte do mundo que vivemos hoje, mesmo que não tenham recebido o devido crédito. No entanto, algumas comunidades indígenas da Amazônia conseguiram preservar muitos elementos de suas culturas e práticas comerciais, resistindo aos impactos da colonização e à perda de território. A visão europeia sobre esses povos era etnocêntrica, desvalorizando seus modos de vida por não se alinharem aos símbolos de "civilização" e "progresso" ocidentais. Os indígenas, em contato com o meio urbano (e com os não indígenas) delineiam relações de troca comerciais, seja levando

produtos da agricultura ou venda de "artesanatos". Dessa forma, os indígenas conseguem adquirir outros itens como roupas, redes de pesca, calçados, entre outros.

As práticas comerciais entre indígenas e não indígenas eram sistematizadas a partir de trocas onde os indígenas, de forma autônoma, negociavam com os europeus, trocando objetos de metal, urucum, madeira e outras matérias-primas valiosas na Europa (Peixoto; Arruda, 2022). Para os indígenas, o ato de realizar trocas entre suas comunidades era rotina, porém a relação de comércio, como o escambo daquele período, era novidade para os povos originários. Nesse contexto, os povos indígenas, que antes da chegada dos colonizadores possuíam seus próprios sistemas de comércio e troca, foram forçados a adaptar suas práticas ao longo do tempo.

Embora os povos indígenas tenham resistido de diferentes maneiras à invasão europeia, com alguns sucumbindo ao domínio colonial enquanto outros mantiveram suas práticas socioculturais, a imposição do sistema colonial interrompeu ou alterou essas tradições, especialmente na Amazônia. Como apontam Silva, Ribeiro e Nazareno (2020), poucas populações indígenas escaparam das influências externas, muitas vezes estabelecidas através de relações interétnicas visando a exploração cultural e comercial.

Essas influências externas não apenas modificaram as práticas socioculturais, mas também impuseram padrões e valores que se perpetuam até os dias atuais por meio da colonialidade, um padrão de poder que mantém as hierarquias sociais. A colonialidade se manifesta em discursos homogeneizantes e meritocráticos que inferiorizam comunidades negras, indígenas e grupos subalternizados, continuando a exercer controle sobre a economia, a autoridade, a natureza e seus recursos, o gênero, a sexualidade, a subjetividade e o conhecimento, como destaca Mignolo (2019). Mesmo após a independência formal dos países, a presença da colonialidade persiste de forma subliminar, estruturando e ramificando essas dinâmicas de poder.

Segundo Maldonado-Torres (2019, p. 36), a colonialidade pode ser entendida a partir de “uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais”. Para Ballestrin (2013), a colonialidade é a continuidade da propagação do pensamento colonial, sendo uma matriz que se expressa essencialmente em relações dominantes de poder, saber e ser, afetando todos os campos da convivência social.

Esse conceito de colonialidade se reflete na forma como o capitalismo surgiu na América Latina, tendo como base a escravização de povos, conforme aponta Ferreira (2022). Inicialmente, a tentativa de escravização dos indígenas e a

subsequente vigência legal da exploração escravocrata no Brasil ilustram a persistência das relações de poder colonial. Enquanto alguns povos indígenas resistiram ativamente à colonização, outros foram subjugados pelos colonizadores, revelando a complexidade e a continuidade das dinâmicas de poder e exploração que caracterizam a colonialidade até os dias atuais. Assim, a manutenção das práticas socioculturais de comercialização pelos povos indígenas que habitavam na Amazônia foi interrompida ou alterada devido à imposição do sistema colonial e à exploração dos recursos naturais pelos colonizadores.

A região de Oiapoque, por exemplo, historicamente marcada pela exploração do ouro desde o século XIX (Almeida e Rauber, 2017), continua a refletir essas dinâmicas de práticas socioculturais de comercialização de produtos e serviços, com a forte participação dos povos indígenas na venda de artesanatos, na comercialização e na troca de produtos agrícolas. Em décadas mais recentes, como nos anos 1980, o uso dos recursos naturais nas comunidades indígenas de Oiapoque-AP era estritamente regulado pelas lideranças, como evidencia uma ata de assembleia de 1980, que proibia o comércio de recursos fora da comunidade, afirmando “[...] todos têm direito na reserva inteira, mesmo fora da área da própria aldeia, porém só para comer e não para fazer comércio” (IEPE, 1980, p. 4).

Essas regulações tradicionais, entretanto, não conseguiram impedir completamente o impacto das interações interculturais na região. As diferentes formas de conceber as práticas socioculturais (econômicas, comerciais, sociais, culturais) representadas pelos diferentes protagonistas que envolve a interação dos povos da floresta (ou povos-floresta³), indígenas, franceses, garimpeiros, têm gerado significativas modificações nas práticas culturais dos povos originários. Essas interações, muitas vezes marcadas por tensões, mortes e doenças, ilustram como as práticas socioculturais dos povos indígenas são afetadas por diferentes formas de colonialidade.

Nesse contexto, nota-se que as práticas socioculturais de comercialização entre os povos indígenas não são meramente transações econômicas, mas sim expressões profundamente enraizadas na identidade, história e relações sociais

³ Eliane Brum (2021) em seu livro *Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo* utiliza o termo “povos-floresta” para se referir a comunidades indígenas e tradicionais que têm uma ligação profunda e ancestral com as florestas tropicais, como a Amazônia. Para Brum (2021) os povos dependem dos recursos naturais fornecidos pela floresta para sua subsistência, cultura e cosmovisão. O termo “povos-floresta” destaca a interdependência entre essas comunidades e os ecossistemas florestais, reconhecendo sua grande importância para a preservação da biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas.

desses povos. A prática de comercialização para os indígenas, portanto, vai além do simples ato de trocar bens, sendo também uma forma de reafirmação cultural e resistência às influências externas que buscam modificar suas tradições.

Essa perspectiva é corroborada pelos estudos de Miguel (2014), Miguel Vilela e Moura (2012), Souza (2019) e Souza e Miguel (2019), que conceituam as práticas socioculturais como uma combinação de ações coletivamente elaboradas por seres humanos e não humanos. Entendendo as práticas socioculturais como expressões vivas que incorporam conhecimentos e memórias ao longo do tempo, como afirmam Tamayo Osório e Parra (2018, p. 21), “[...] as práticas socioculturais são dizeres/fazerem que mobilizam conhecimentos e memórias e envolvem ações.”

Assim, as práticas de comercialização, especialmente entre os povos indígenas do Amapá e do norte do Pará, não podem ser vistas como meras trocas de bens materiais, mas como atividades profundamente interligadas com todos os aspectos da vida dessas comunidades, introduzidas desde os primeiros contatos com os não indígenas. Neste sentido, este artigo tem como propósito problematizar as práticas socioculturais de comercialização dos povos indígenas frente às práticas ocidentais dominantes, mantidas pela colonialidade, que ocorrem nas interações entre não indígenas e povos indígenas do Amapá e do norte do Pará. A partir das vozes dos/as alunos/as indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, na Universidade Federal do Amapá, busca-se destacar como essas práticas são vivenciadas e ressignificadas no contexto atual.

Desse modo, a análise foi aprofundada por meio de um diálogo com alunos/as em uma disciplina ofertada pelo curso, que abordava questões relacionadas à matemática financeira nas comunidades indígenas do Amapá e norte do Pará. Essa abordagem teve como objetivo problematizar as práticas socioculturais de comercialização dos povos indígenas, considerando o confronto com as práticas dominantes sustentadas pela colonialidade.

A decolonialidade como opção metodológica na produção de dados para pesquisa

Os cursos de formação universitária na América Latina foram importados da Europa a partir do século XIX (Magalhães, 2006). O legado colonial deixado e herdado, a partir da influência dos colonizadores, fez com que muitos países da América Latina adotassem modelos de ensino e pesquisa importados do continente europeu, o que levou a uma valorização desproporcional das metodologias e

epistemologias europeias em detrimento das perspectivas locais do Sul⁴. Essa dependência intelectual e acadêmica em relação ao continente europeu resultou na marginalização das abordagens e conhecimentos produzidos internamente, localmente e regionalmente.

O impacto causado nos países colonizados pode ser refletido em várias esferas da sociedade. As instituições de ensino, a produção de conhecimento e os paradigmas acadêmicos foram frequentemente modelados de acordo com a perspectiva europeia, negligenciando as epistemologias e metodologias tradicionais que existiam nas sociedades indígenas do continente sul-americano. A imposição cultural e epistemológica afetou profundamente a maneira como a educação e as pesquisas foram conduzidas nos territórios colonizados. Alguns países europeus impuseram suas culturas, línguas, leis e sistemas de conhecimento sobre as regiões colonizadas.

Compreende-se que os efeitos da colonização continuam sustentando lugares de enunciação distintos para sujeitos marcados pela desigualdade colonial, o que tem produzido movimentos metodológicos e epistemológicos a partir das fissuras e de lugares fronteiriços⁵ que questionam o projeto de sujeito e sociedade construído a partir das lógicas coloniais. A insurgência nas alianças históricas tem permitido a visualização de outros mundos possíveis, nos quais têm sido produzidas narrativas decoloniais legitimadas a partir de outros desdobramentos para a produção de conhecimento.

A decolonialidade, como opção epistemológica e metodológica, pode ser um caminho para buscar maior autonomia intelectual na promoção de uma educação mais inclusiva e contextualizada, que valorize as produções locais. Para Reis e Andrade (1994, p. 3), o “pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção

⁴ As epistemologias do sul, é um termo usado por Boaventura de Sousa Santos em que se refere a “epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante” (Santos, 2009, p. 13). Assumo nesta escrita como referência simbólica da negação e do silenciamento de povos e culturas.

⁵ O pensamento de fronteira propõe uma perspectiva crítica em relação à modernidade e suas estruturas de poder, buscando dar visibilidade às experiências e conhecimentos marginalizados ou subalternizados, para Grosfoguel (2008, p.138) o pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica. Vale destacar que existem diferentes teóricos e acadêmicos que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento de fronteira, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Homi Bhabha e Gloria Anzaldúa.

das condições colonizadas da epistemologia”. Os autores defendem que é necessário romper com a opressão e dominação política, econômica e cultural, de modo a construir um pensamento que “privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial” (Reis e Andrade, 1994, p. 3).

Reconhecer e dar espaço para as metodologias e epistemologias próprias do Sul, neste momento, pode ser uma forma de tentar romper com essa dependência histórica e promover uma maior diversidade de perspectivas e conhecimentos no ensino superior, permitindo pensar em outros mundos possíveis e ampliar a crítica sobre como estamos vivendo e operando no mundo. As marcas deixadas pelos efeitos da colonização nos corpos, nos saberes, nas mentes e na nossa formação educacional têm dificultado a ruptura de pensamentos e ações que hierarquizam conhecimentos.

Dessa forma, esta pesquisa foi desenvolvida em colaboração com os/as alunos/as indígenas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP, os quais contribuíram com seus relatos e vivências a partir de uma disciplina do curso chamada Matemática Financeira e Sustentabilidade, na qual a primeira autora é docente efetiva. Como ponto de partida, utilizamos os tópicos do ementário do componente curricular, socializando-os com os participantes para que pudessemos desenvolver quais questões poderíamos abordar seguindo o ementário:

- Matemática financeira das comunidades indígenas do Amapá e Norte do Pará
- O comércio dos produtos indígenas.
- Desenvolvimento sustentável nas comunidades indígenas.
- Estudo do funcionamento do mercado financeiro considerando as atividades cotidianas.

A partir desses tópicos, os dados foram coletados por meio de encontros pré-agendados todas as segundas e quartas-feiras, entre os meses de setembro a dezembro de 2022, havendo um total de 20 encontros, que buscaram compreender as percepções e experiências dos estudantes em relação às práticas de comercialização em suas comunidades, destacando a forma como essas práticas têm sido configuradas ao longo do tempo e como elas se entrelaçam com os aspectos socioculturais, econômicos e históricos das comunidades indígenas do Amapá e Norte do Pará.

A produção dos dados foi planejada para ocorrer de forma presencial. Contudo, como o país ainda atravessava o período pandêmico, o curso aconteceu de forma híbrida, com 3 encontros presenciais e 17 encontros remotos por videoconferência.

Os encontros que ocorreram de forma remota foram gravados e, posteriormente, transcritos, o que contribuiu para uma compreensão mais profunda da maneira pela qual os conhecimentos dos povos indígenas são incorporados e entrelaçados com as discussões da educação matemática e as práticas de comercialização apresentadas na disciplina.

Na tentativa de realizar uma pesquisa coletiva e colaborativa, buscando romper com o desconhecimento, o silenciamento e os preconceitos historicamente criados contra os povos indígenas, além de procurar descortinar as tessituras a partir das práticas socioculturais que emergem no contexto das comunidades indígenas (por meio das práticas de comércio/comercialização), nos movemos, primeiramente, a reconhecer as fronteiras e a atentar para as particularidades, compreendendo que boa parte dos indígenas é silenciada por uma sociedade que se nega a construir coletivamente, não permitindo que as vozes desses indígenas sejam ouvidas, compreendidas e respeitadas.

Desse modo, cada tópico dos encontros era discutido com os participantes, que direcionavam o que discutiríamos nos encontros seguintes. Os/as alunos/as participantes da pesquisa foram 10 alunos da habilitação de Ciências Exatas e da Natureza, da turma de 2019. As práticas de comercialização diferem em contextos com perspectiva intercultural indígena, desvinculando-se de abordagens eurocêntricas e colonialistas, observadas em ambientes não indígenas. O diálogo contínuo com os participantes, a partir de uma construção coletiva do conhecimento, garantiu que as vozes indígenas fossem ouvidas, respeitadas e incorporadas ao processo de pesquisa.

É importante notar que a construção do rol de tópicos discutidos nos encontros não se limitou apenas à fase inicial do planejamento; ao contrário, muitos deles foram desenvolvidos de forma dinâmica à medida que o curso avançava, sendo constantemente atualizados para refletir as demandas emergentes e as nuances descobertas durante as interações com os acadêmicos. Os encontros foram direcionados a partir de questionamentos que surgiram ao longo do curso, entre os quais destacamos: Como atribuir valores aos produtos comercializados (os que são produzidos e coletados da natureza)? Como se deu a inserção do dinheiro nas aldeias do Amapá e Norte do Pará? Qual a compreensão que temos sobre o escambo e seu funcionamento? Quais produtos indígenas podem ser comercializados? O que pode ser comercializado? Qual a origem dos produtos?

O enfoque decolonial adotado nesta pesquisa não apenas valoriza os conhecimentos locais, mas também busca identificar e desafiar as estruturas de poder presentes nas práticas educacionais. A prática sociocultural em si, ou a relação ética envolvida nas ações, demarca a maneira pela qual os indivíduos ou grupos reconhecem a si mesmos como sujeitos de uma ação. Pires (2015) discorre que a problematização das práticas culturais não se preocupa em correlacionar os saberes nelas mobilizados aos conteúdos curriculares.

Nessa direção, a problematização das práticas socioculturais que ocorrem em meio à investigação e formação de professores indígenas, tratando sobre as práticas de comercialização, assumiu um lugar de possibilidades, de reconhecimento e enfrentamento de questões que levam a novas concepções e intervenções. Ao problematizar essas práticas, a pesquisa buscou ir além da simples descrição ou verificação dos fatos; a problematização opera promovendo uma reflexão crítica e uma análise aprofundada sobre vários aspectos da vida cotidiana e suas relações de poder, os impactos do contexto mais amplo nas práticas de comercialização indígena e a possibilidade de desnaturalização de situações vivenciadas por indígenas e não indígenas.

Em suma, a pesquisa teve a intenção de não apenas identificar e descrever as práticas de comercialização dos indígenas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UNIFAP, mas também desenvolver uma reflexão crítica sobre essas práticas, suas relações com diferentes formas de vida e as questões que as permeiam. Os estudos de Josso (2004) enfatizam a importância das histórias de vida como aparatos metodológicos e formativos. Portanto, esta investigação se direcionou para o tensionamento dos processos de colonização e decolonização que perpassam as práticas de comercialização de indígenas vinculados ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Tais práticas nos permitiram pensar outros modos e processos formativos em uma perspectiva decolonial para a formação de professores indígenas.

Penso que esta pesquisa assume uma composição investigativa em que, ao mesmo tempo em que a pesquisa está sendo realizada, também estamos em um momento de formação. A pesquisa e a formação ocorrem simultaneamente, e as rotas tecidas nos diálogos com os acadêmicos indígenas podem gerar uma pluralidade de sentidos e afetos ao longo do processo. Por meio da problematização, foi possível perceber as estratégias desenvolvidas pelos indígenas para fortalecer suas práticas comerciais, promover a autonomia e preservar sua identidade cultural. Assim,

seguimos na lógica de pensar que podemos falar em sociedades plurais que constituem o mundo.

Colonialidade e as Práticas de comercialização

Os povos indígenas que habitam a faixa de terras que vai do Amapá ao norte do Pará possuem diversidades culturais marcadas por suas línguas, suas religiosidades, suas pinturas corporais, seus artefatos, suas trajetórias históricas, suas relações comerciais, políticas, matrimoniais e seus rituais próprios que raramente divulgadas em âmbito acadêmico. Muito da cultura viva desses povos ainda resiste, mesmo estando em contato e morando nos limites nacionais e internacionais que se estende à Guiana Francesa e ao Suriname.

Os povos que estão presentes na região norte da Amazônia brasileira, mais especificamente no estado do Amapá e norte do Pará, possuem séculos de experiências de contato entre si que “[...] resultaram em inúmeros processos, ora de separação, ora de fusão grupal, ora de substituição, ora de aquisição de novos itens culturais.” (Gallois; Grupioni, 2009, p. 8). A comercialização de objetos e produtos da cultura material⁶ de vários povos indígenas da Amazônia se apresentam como uma possibilidade de contribuição na renda financeira de diferentes povos.

Os diferentes povos indígenas dedicam parte do seu tempo para produção agrícola e/ou para elaboração de artefatos indígenas como biojoias, bolsas, quadros, entre outros, com objetivos de ser utilizado como produtos para as trocas comerciais. Nota-se que são inúmeras as práticas e os seus diferentes significados envolvidos na produção e no intercâmbio (seja ele monetário ou não) desses objetos. Cabe ressaltar, que as comunidades tradicionais, possuem suas diferentes organizações seguindo suas cosmovisões econômicas, sociais, políticos e ecológicos; e vem ao longo dos anos, a partir do contato com outras sociedades, indígenas e não indígenas, organizando outras perspectivas e novas ações para seu desenvolvimento e profissionalização, bem como nas tomadas de decisão. Garcés *et al.* (2015, p. 660) afirmam que esse processo está ligado “[...] às transformações socioculturais com as quais se defrontam, que implicam em mudanças significativas nos seus sistemas econômicos tradicionais.”

Os modos de se constituem as práticas socioculturais enquanto mobilizadoras de memórias, tradições, identidades étnicas acabam por dar forma e conteúdo para a

⁶A cultura material empregada aqui, se refere a todos os tipos de patrimônio cultural concreto e tangível de um determinado povo. Isso inclui todos os elementos que podem ser trocados e que ajudam a identificar e caracterizar a história e o povoado de uma região específica.

intangibilidade inscritas na cultura de uma comunidade/população indígena. Os códigos que estão por trás da organização das práticas socioculturais em comunidades indígenas, em especial aquelas que estão ligadas à comercialização, tem se mostrado pautada no sentido da partilha e que a TROCA tem sido um bem inquestionável para a existência de vínculos sociais.

Luciano (2008) trata a economia indígena e suas práticas de comercialização como um desafio a ser pensado e discutido pelas lideranças indígenas de modo que se adote uma concepção capaz de dar conta das velhas e das novas necessidades do pós-contato, porém sem adentrar aos modos dos sistemas econômicos mundiais que carregam regras impostas pelo mercado que privilegia os interesses políticos divergentes e excludentes. Krenak (2020, p.15) nos fala que “[...] o poder, o capital entraram em um grau de acúmulo que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo.” Nesse conjunto de práticas econômicas que são adotadas por nossa sociedade, com objetivo de acumulação de riqueza, acabam por afetar diretamente as comunidades indígenas em que de algum modo acabam tentando se inserir e ter acesso ao sistema mercantil. Aqui na Amazônia é possível observar um mosaico de vivências e diferentes realidades que envolve diversas práticas socioculturais, e essas práticas vêm se modificando.

Krenak (2020) diz que estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida e explica que somos atravessados pela modernidade, pela ciência e por atualizações constantes de novas tecnologias que consumimos e somos consumidos por elas. Essas diferentes perspectivas podem resultar em conflitos e incompreensões quando diferentes versões da história colidem. Às vezes, traçamos um caminho por fios que nos conduzem a inviabilizar as demais formas de conhecer e de aceitar as múltiplas formas de conhecimento, de práticas, de agir, de manifestar-se, entre outras ações.

Quijano (2005, p. 110) fala que “[...] todas as experiências, históricas, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global”, o autor alerta que há a tentativa de controle da subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento. Nossa sociedade apresenta diferentes tessituras sobre a história, sobre a construção do pensamento, do conhecimento, do saber, do ser, do fazer, do existir. Cada cultura, grupo social e indivíduo tem sua própria narrativa histórica e forma de construir pensamentos, opiniões, ideias. Porém, geralmente, somente uma história (que é tida como universal) é socializada, invisibilizando as demais.

A diferente forma de ver outras realidades, fora de uma visão dominante pré-estabelecida, pode representar a emergência sobre a valorização de práticas socioculturais em que permitam pensar sobre o lugar de fala (que ora vem sendo suprimido) e a insurgência contra o apagamento de outros conhecimentos e culturas. Desse modo, a diversidade sociocultural presente entre os povos indígenas apresenta características próprias do ponto de vista de seus costumes, crenças, valores, cosmologia, interpretações sobre o mundo e seu entorno. Estes traços levam-nos a entender diferentes dinâmicas por meio das práticas socioculturais que, via de regra, são repassadas pela oralidade.

O comércio e as trocas comerciais dos indígenas da região de Oiapoque-Amapá

Desde o período colonial, quando os povos indígenas foram subjugados pelos colonizadores europeus, estes povos têm enfrentado opressão e marginalização. Os colonizadores impuseram outras formas de vida que buscavam suprimir a diversidade cultural, forçando o estabelecimento de uma cultura dominante, na qual os povos indígenas deveriam adotar os mesmos valores, hábitos, costumes e tradições. Esse longo processo de construção social imposta pelos colonizadores tem resultado em frequentes questionamentos pela sociedade não indígenas acerca dos costumes, conhecimentos, mitos, culturas, relações comerciais e línguas dos povos indígenas.

Esses questionamentos refletem uma crença persistente, como o apontado pela indígena Kambeba (2020), que relata que existe uma crença, para uma parte significativa da população não indígenas, na qual, se um indígena vive na cidade, perde sua identidade étnica. Além disso, muitas populações indígenas sofreram influências externas, muitas vezes com o objetivo de explorar sua cultura e recursos comerciais. As influências externas, resultantes de relações de contato interétnico (de indígena e não indígena), têm sido uma realidade para a maioria dos povos indígenas desde a chegada dos portugueses. Essas influências muitas vezes visavam lucrar com a exploração cultural e comercial, causando impactos significativos nas comunidades indígenas.

Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 27), mais conhecido como Nego Bispo, diz que os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações dos povos originários, “[...] impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar.” O impacto da colonização nas comunidades indígenas, representou um esforço por parte dos colonizadores para suprimir as identidades culturais, sociais, políticas e organizacionais dos povos indígenas.

Os colonizadores buscavam legitimar e perpetuar o domínio colonial das comunidades indígenas, tratando-os como entidades homogêneas e passivas, desprovidas de individualidade e humanidade. Conforme aponta Santos (2015), houve uma tentativa deliberada de desumanização e coisificação desses povos. A imposição de uma denominação generalizada sobre os povos originários não foi um ato inocente. Essa estratégia de coisificação e desumanização foi parte integrante do processo colonial, destinada a justificar a exploração, subjugação e violência infligidas aos povos indígenas. Edson Kayapó destaca que:

A negação do pertencimento, as diversas formas de discriminação, o silenciamento e o escamoteamento da violência histórica contra os povos indígenas estão expressos na composição das memórias ou no esquecimento a que tais povos foram condenados. Tal constatação sinaliza para o fato de que a memória (e o esquecimento) é um campo minado pelas contradições socialmente produzidas (Kayapó, 2019, p. 59).

Ao negar-lhes suas identidades próprias e impor-lhes uma categorização genérica, os colonizadores tentaram justificar moralmente sua dominação e expropriação de terras e recursos. Desde a época da colonização, os povos indígenas têm enfrentado os impactos da sociedade nacional, que, por meio de práticas como catequização e comercialização, visavam e ainda visam a destituição de seus modos de vida, trocar objetos, as formas de conhecimentos, assimilação desses povos. Essa história constitui um cenário marcado por um profundo processo de exploração de seus modos de existência.

A prática do escambo, por exemplo, em comunidades indígenas as trocas ocorrem com base nas necessidades e condições do local onde ocorrem. As mercadorias utilizadas no escambo variam de acordo com o grupo envolvido e suas respectivas necessidades. No relato a seguir, os/as alunos/as indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural indígena da UNIFAP-Oiapoque, podemos observar evidências sobre as percepções dos indígenas em suas relações de troca em suas aldeias:

Profa. Adriana: Como são (e como eram) estabelecidas as trocas em suas aldeias?

Adelson Batista: Aqui na minha Aldeia tem pessoas que não recebem dinheiro, eles trocam mercadorias com farinha, tapioca, cana, acará. A maioria das pessoas trabalha com a agricultura, na roça, então para ter dinheiro precisa vender a farinha para comprar a mercadoria dele. A troca acontece na própria alimentação troco uma coisa que não tenho por outra que quero.

Elson Aniká: Na minha aldeia as pessoas faziam as trocas com bastante frequência para obter alguns materiais, como alimentos

industrializados, vestimentas e utensílios. Eles faziam as trocas com peles, carnes, penas, colares e outros, como se fosse um pagamento na época para obter produtos de fora da aldeia. Atualmente esse sistema ocorre somente entre famílias na questão de alimentos da aldeia, mas é só dentro da aldeia.

Elielson Santos: Aqui na aldeia a gente tem o comércio onde a gente faz a compra com o dinheiro, mas antes disso a gente não sabia muito o que era realmente o dinheiro, a gente vivia de troca mesmo. Como no caso de eu querer trocar um quilo de farinha, eu posso muito bem pegar uma fruta hoje e trocar com aquele kg de farinha independente se a farinha é 7 e abacate é 4, a gente faz a troca um por um. Há muito isso aqui na aldeia Kunanã, principalmente de frutas. Antes havia muitas trocas realmente, eu cheguei até a presenciar a troca que meu pai fazia e os meus avós, às vezes levava uma saca de farinha e trocava com outro tipo de mercadoria de despesa com açúcar, café e leite e havia muitos aqui na nossa região, mas com o avanço da população a gente foi obrigado a usar o dinheiro.

Edielson: Nós fomos ensinados que se hoje eu preciso trocar um quilo de farinha por um de abacate é porque as duas partes estão satisfeitas, e ninguém questiona nada não, pois a nossa troca a gente iguala os valores, ninguém ganha nem perde. Há, também, outra coisa, se acontecer de a gente precisar trocar outros objetos a gente vai fazer analisando a situação. [...] E conversando a gente consegue igualar, mas se for comida, entre comida não há essa diferença de valor, a gente troca um por um mesmo.

O sistema tradicional de trocas, a transição para o uso do dinheiro e o valor da igualdade nas trocas são pontos centrais destacados nesse diálogo. Um aluno menciona que, em sua aldeia, a troca de mercadorias como farinha, tapioca e cana é predominante, especialmente entre aqueles que não utilizam dinheiro. Essas trocas são feitas com base nas necessidades alimentares, permitindo a substituição de bens que não possuem por aqueles que desejam. Acosta (2012) ressalta que práticas de troca que priorizam a reciprocidade e a solidariedade, em vez da competição e da maximização do lucro, ainda são muito presentes em contextos indígenas.

Para Acosta (2012), o 'Buen Vivir' não é apenas um modo de vida, mas também uma forma distinta de entender a economia, que se afasta da lógica de acumulação e mercado. Edielson enfatiza que, no sistema tradicional de troca, como o de farinha por abacate, o foco está na satisfação mútua e na igualdade de valores, sem questionar diferenças de valor entre os itens trocados. A troca é considerada justa e equitativa, especialmente quando se trata de alimentos, onde o valor é mais simplificado.

No entanto, frente aos impactos do colonialismo, as populações indígenas enfrentaram, ao longo dos séculos, pressões para assimilar os costumes, valores e práticas dos colonizadores europeus. Essas pressões desafiavam as práticas tradicionais de troca e buscavam impor a lógica econômica ocidental, que

frequentemente desconsiderava a complexidade e a importância cultural das trocas tradicionais para os povos indígenas.

Tamayo Osório (2017) destaca que os indígenas preservam algumas práticas vivenciadas no período anterior à colonização. Andrade (2017) corrobora destacando que invasão, apropriação e violência com os povos indígenas são forjadas pela lógica da colonialidade. A partir das vozes destacado no trecho acima, percebe-se que as comunidades indígenas conseguem, na medida do possível, manter algumas de suas relações comerciais tradicionais preservadas, como por exemplo trocado alimentos por alimentos sem levar em consideração o valor monetário do produto, conforme cita o aluno “a gente faz a troca um por um”.

No entanto, na sociedade não indígena atual, é raro encontrar o escambo da forma como ocorria anteriormente, uma vez que a prática de troca simples foi substituída pelo uso da moeda, onde os bens e produtos passam a ter um valor de mercado definido. Observa-se que a comercialização nas sociedades indígenas foi em grande parte uma necessidade imposta pelos contatos externos, com os não indígenas buscando impor seu modo de vida e suas práticas de comercialização, muitas vezes desconsiderando as práticas tradicionais e a lógica de troca que os povos indígenas mantêm.

Silva (2018) ressalta que são poucas as comunidades indígenas que escaparam das influências provenientes de contatos interétnicos. Essas interações, segundo o autor, muitas vezes foram marcadas por ações que buscavam lucrar por meio da exploração cultural e comercial. As práticas comerciais tradicionais, que englobam alimentos, vestimentas, hábitos e práticas de escambo, foram significativamente reduzidas devido à influência capitalista e excludente do discurso e do modo de vida ocidental. Nota-se que nas aldeias indígenas do Amapá, onde moram os/as alunos/as, ocorrem as trocas de produtos por produtos e na área urbana, na cidade de Oiapoque ocorrem vendas monetárias.

Essa transformação nas práticas comerciais é refletida na experiência de Gersem José dos Santos Luciano (2011, p. 17), antropólogo indígena e professor da Universidade Federal de Manaus, que relata que um dos seus sonhos na juventude era ter acesso a coisas simples dos brancos como comprar pão, roupas, relógios, porém seu contato com os não indígenas, a partir da escola no período que esteve no internato, levou a: “experimentar o lado cruel da vida no mundo branco: a disputa, a concorrência, a injustiça, a desigualdade, a violência, a falta de solidariedade, a falta de hospitalidade, o individualismo e o egoísmo.”

Conforme relata o indígena Gersem Baniwa, que vivenciou diversas experiências, diria que negativas, com o contato escolar de formação pelos missionários, observa-se que os discursos estão muito distantes da prática, pois você é convidado a aprender valores diferentes dos seus, para ser inserido e ter acesso a determinadas coisas do mundo contemporâneo capitalista, e para isso é necessário dominar a linguagem que é transmitida por essa sociedade, para só assim tornar-se visível e cidadão, e muitas vezes essa linguagem prega a competição, o individualismos, a superioridade em relação ao outro.

A experiência que o indígena Gersem Baniwa vivenciou, faz-me refletir que, de alguma forma, para fazermos parte desse mundo contemporâneo precisamos estar subordinados a uma única prática universal e dominar apenas uma única forma de ver, agir e se portar. A matriz colonial de poder por meio da colonialidade continua a influenciar as relações globais até hoje (Haesbaert, 2021). A colonialidade do poder está ligada ao eurocentrismo e ao capitalismo mundial moderno. Ela inclui a supremacia dos corpos brancos em relação a outros sujeitos racialmente marcados e define os regimes de produção e difusão de conhecimentos legítimos, válidos e socialmente valorizados. O aluno do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do amapá, Adelson Batista, destaca:

Hoje se você não tem dinheiro e nem sabe falar ou escrever a língua do branco, é como se nem brasileiro você fosse. Na minha aldeia tem muita gente fazendo curso, tem professor, tem técnico de enfermagem, servente, comerciantes, todas as profissões e acho que o desejo é ter um bem-estar, para poder comprar uma televisão, beber água gelada, comprar roupa.

As sociedades indígenas mantiveram sistemas econômicos baseados na troca de bens e serviços, alinhados aos seus valores culturais e à harmonia com a natureza, e muitas vezes não se utilizava a moeda/dinheiro. A presença do dinheiro nas aldeias indígenas representa um fenômeno complexo e com características variadas e peculiares, trazendo consigo desafios e oportunidades que impactam profundamente as comunidades tradicionais. A entrada do dinheiro nas aldeias indígenas pode ter efeitos ambivalentes. De um lado, proporciona acesso a recursos que podem melhorar a qualidade de vida, como assistência médica, educação e infraestrutura básica. Por outro lado, o dinheiro pode também ser uma fonte de desafios, levando a mudanças nos padrões tradicionais de vida em comunidade.

A introdução do dinheiro pode criar desigualdades dentro da própria comunidade, causando divisões entre aqueles que têm mais recursos financeiros e

aqueles que têm menos. Isso pode resultar em conflitos internos e desafios para a preservação da identidade cultural. Edielson Santos, destaca:

A gente vive a partir da relação que a gente tem com o outro, a gente tem um jeito de agir entre a gente, que inclusive já está muito diferente do que era antigamente, porque hoje já temos muito contato com o branco, e para a gente conseguir uma coisinha ou outra a gente tem que interagir com o mundo deles. Não tô dizendo que a gente tem que viver como eles, mas se você quiser alguma coisa de lá precisa saber a lei de lá.

A partir da fala do aluno, fica evidente como a colonialidade influencia as práticas e relações dos povos indígenas, forçando-os a se adaptar e mudar, enquanto ainda precisam preservar sua identidade cultural distinta. O aluno observa que a forma de viver dos indígenas está "muito diferente do que era antigamente," indicando uma transformação forçada pela influência externa, com a colonialidade atuando como um agente de mudança cultural que altera práticas e interações tradicionais.

Além disso, o aluno destaca que, embora não seja necessário viver como os brancos, para obter algo da cultura não indígena, é preciso conhecer e seguir as leis e normas estabelecidas por eles. Essa necessidade de adaptação demonstra a imposição do sistema legal e jurídico dos colonizadores sobre os indígenas, que devem adequar-se a essas regras para acessar certos recursos ou benefícios. O estudante também evidencia, nesse contexto, as travessias entre dois mundos: o tradicional indígena e o mundo construído pelo colonizador. Essa situação revela uma luta pela sobrevivência, onde entender as normas e leis do mundo dos colonizadores é crucial para melhorar a qualidade de vida, refletindo assim as relações desiguais e hierárquicas estabelecidas desde o período colonial.

A ênfase na necessidade de interação com o mundo dos colonizadores para obter recursos ou benefícios também destaca as desigualdades persistentes entre os povos indígenas e a sociedade dominante. Essa dependência econômica e social ressalta as consequências contínuas da colonialidade nas relações contemporâneas. Edielson, diz que há uma diferenciação nas relações de trocas entre indígenas e não indígenas:

Quando a gente está tratando com os não indígenas, não existe acordo de troca não, com os não indígenas é só no dinheiro mesmo, não existe, são muito diferentes os costumes deles, por isso que a gente trata essa troca somente entre a gente indígena.

Na sociedade do não indígena as trocas são praticadas sobre uma lógica de bens e serviços, que são intermediadas pelo papel-moeda, fruto do sistema (capitalista) que vivemos, que visa o lucro e à acumulação das riquezas. O escambo,

ficou presente por muito tempo, principalmente no período medieval, que antecedeu a monetização da economia. Notamos que a prática da simples troca de produto por produto ou serviços ainda se faz presente no contexto dos indígenas, e que não possuem como premissa o lucro e à acumulação das riquezas, se baseia em solidariedade e uma prática de bem viver em diversas comunidades. Edielson Santos discorre que o lucro possui conotação diferente do universo dos não indígenas, e não se pauta em tirar vantagens no exercício da atividade econômica ocorrida na aldeia.

Eu acho que o lucro faz parte da vida dos brancos, que está em toda parte, não tem como a gente fugir disso. Olha, por exemplo a gente está aqui, querendo se formar, para trabalhar como professor e melhorar um pouco nossa condição de vida, porque a gente não tem mais toda aquela abundância que a gente tinha, nossa terra tá uma ilha, ao redor dela tá tudo derrubado, os poucos animais que tem já está em carestia, aí o que a gente tem são as roças, as frutas e a gente precisam vender para poder ter o dinheiro para comprar as coisas para casa.

A ideia de lucro para muitas comunidades indígenas varia significativamente de acordo com os contextos específicos de cada comunidade. Muitas comunidades indígenas têm uma visão mais holística e interconectada da prosperidade, que vai além do simples ganho financeiro. Muitos povos indígenas mantêm uma profunda conexão espiritual e prática com a terra e seus recursos. O "lucro" para eles pode envolver a preservação e o manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo que as gerações futuras também possam se beneficiar deles. Nota-se que o conceito de lucro para algumas comunidades indígenas está intrinsecamente ligado ao bem-estar da comunidade como um todo. Isso pode incluir acesso à educação, saúde, moradia e outros serviços essenciais. Otavio Tiryo destaca que:

Meu povo acredita que o lucro a gente já tem por que tudo que a gente ganha vem da natureza, só que os missionários vieram e começaram a nos educar, nos ajudar, de alguma forma, nos colocar que a gente poderia viver melhor, ter saúde melhor, não adoecer tão fácil. Eu acho que lucro é tudo isso, é a gente ganhando seja da natureza, seja da venda.

O entendimento de lucro pode variar de uma nação indígena para outra e mesmo dentro de uma mesma comunidade. Além disso, muitas comunidades estão enfrentando desafios significativos relacionados à perda de território, direitos humanos e impactos ambientais, o que pode moldar suas visões. Algumas comunidades indígenas buscam modelos econômicos que promovam a cooperação e a partilha em vez da competição. O lucro, nesse sentido, pode ser compartilhado e distribuído de maneira mais equitativa entre os membros da comunidade.

A ideia apresentada pelo aluno de que lucro é algo que pode ser obtido não apenas da natureza, mas também através da venda, reflete uma mudança na percepção de valor que foi introduzida pelos colonizadores. Observamos no trecho que menciona "tudo que a gente ganha vem da natureza," destacando uma visão indígena que vê a natureza como uma fonte suficiente de riqueza e bem-estar. A introdução de um conceito de lucro derivado da venda, promovido pelos missionários, modifica essa relação direta com a natureza e impõe uma visão econômica que separa a natureza da noção de lucro e bem-estar.

A referência aos missionários que "começaram a nos educar" e a sugestão de que poderiam "viver melhor, ter saúde melhor" revela um padrão de colonialidade em que a educação e as intervenções externas são usadas para redefinir e, muitas vezes, minimizar as práticas e conhecimentos tradicionais indígenas. Muitas vezes, esse tipo de intervenção busca alterar as práticas culturais indígenas sob a premissa de progresso e melhoria, alinhando-as aos padrões e valores coloniais.

O projeto colonial que se engendra por meio do capitalismo e opera nas relações comerciais indígenas tem acelerado o processo de mudanças socioculturais e econômicas nas dinâmicas das aldeias. Mignolo (2019, p. 5) considera que a Matriz colonial de poder "[...] controlam e afetam todos os aspectos e trajetórias das nossas vidas." Para o autor, se observarmos as transformações, veremos mutações em vez de mudanças na continuidade da orientação discursiva das narrativas da modernidade e da civilização ocidental. Assim, o contato das diferentes posturas sobre o mundo tem provocado, em cada povo, com suas particularidades, a tentativa de homogeneização em seus diferentes contextos socioculturais.

Mesmo com o impacto do sistema capitalista adentrando os modos de vida dos povos indígenas, que muitas vezes explora recursos e pessoas para o lucro, temos as práticas socioculturais de comercialização dos povos indígenas, com ou sem valor monetário, buscando construir caminhos diversos, na tentativa de fazer adaptações garantindo a manutenção e preservação de suas relações comerciais tradicionais. Os mutirões, por exemplo, são uma forma de trabalho coletivo, onde todos contribuem para a realização de uma tarefa, seja ela a construção de uma casa, a colheita de alimentos ou qualquer outra atividade que beneficie a comunidade. Da mesma forma, destacando outro exemplo, a troca de produtos alimentícios entre uma comunidade indígena, que não leva em consideração o valor monetário do item trocado, essas práticas reforçam a ideia de reciprocidade e de compartilhamento.

Considerações

As práticas socioculturais de comercialização dos povos indígenas ajudam-nos a pensar e compreender as relações entre diferentes culturas, especialmente no contexto das mudanças culturais e econômicas enfrentadas pelos povos indígenas brasileiros. As diferentes práticas socioculturais nos ajudam a reconhecer que a diversidade cultural e os modos de ver o mundo que não se enquadram nos moldes capitalistas predominantes e muito embora estamos imersos nesse sistema há uma rota de fuga que é praticada e vivenciada pelos indígenas, e muitas vezes fica concentrada apenas nas relações que possuem dentro de suas aldeias.

As narrativas apresentadas pelos indígenas, por meio de suas vozes, são basilares para compreender a dinâmica cultural, social e econômica que enfrentam as múltiplas aldeias indígenas do Amapá e norte do Pará, bem como perceber os impactos que foram gerados das influências da cultura ocidental dominante. É essencial considerar as interpretações históricas nas relações comerciais dos povos indígenas para entendermos melhor as relações de poder e exploração que caracterizaram muitas dessas interações. Ao nos colocarmos como ouvintes das vozes e experiências dos povos indígenas, podemos aprender sobre os desafios enfrentados, como a perda de territórios, a exploração de recursos naturais e a imposição de valores e práticas que não condizentes com suas tradições e modos de vida.

O contato entre indígenas com os não indígenas, na realização de práticas socioculturais de comercialização, possui marcas que não necessariamente se resumem a aspectos mercantis específicos do sistema econômico, como por exemplo na inserção de produtos alimentícios industrializados nas aldeias, levando a transformações na dinâmica econômica, social e cultural das comunidades indígenas. Não podemos desconsiderar os aspectos específicos e originários que regem a vida de cada povo indígena, eles possuem suas próprias formas de se organizar, de pensar e de comercializar.

Considerando o longo processo de apropriação dos europeus nos territórios indígenas, observa-se que sempre houve uma tentativa de dominação territorial, religiosa, cultural, que agiu interferindo nas relações tradicionais e comerciais de muitas comunidades indígenas. Observa-se a partir dos relatos dos acadêmicos que os freis tentaram inserir a ideia de ponto comercial, compra e venda de produtos com fins de terem lucros. Essas entre outras intervenções, promovidas demarcam e demarcaram a constante tentativa de dominação e apropriação dos povos indígenas.

Buscamos refletir sobre as interpretações históricas nas relações comerciais dos povos indígenas com os não indígenas pode ajudar a compreender um pouco da realidade que se estabelecem com as relações preconceituosas e exploratórias que enfrentam os povos indígenas a partir do que descrevem os próprios indígenas sobre cultura ocidental dominante, quando afirmam que precisam dominar as leis dos brancos para poder ter acesso a melhor qualidade de vida.

O cumprimento das legislações, o respeito a autonomia dos povos indígenas para lidar com as transformações econômicas e políticas, são passos importantes para garantir seus direitos e manutenção de suas identidades culturais. Ouvir as vozes dos indígenas e promover diálogo entre diferentes culturas e visões de mundo, pode ser um passo importante e um caminho a ser trilhado para promover relações mais justas, respeitadas e equitativas, reconhecendo e valorizando as perspectivas e conhecimentos indígenas, buscando formas de mitigar os efeitos prejudiciais da colonialidade e do preconceito.

Referências

- ACOSTA, Alberto. **O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo**. Um campeão visto de perto, p. 211, 2012.
- ALMEIDA, Carina Santos de; RAUBER, Alexandre Luiz. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional**. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul - RS, v. 22, n. 1, p. 474-493, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8532>>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues. **Natureza Amazônica e Educação Ambiental: identidades, saberes docentes e representações sociais**. *Revista Científica RUNAE*, v. 1, p. 51-70, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unae.edu.ec/index.php/runae/article/download/154/121>>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista brasileira de ciência política*, p. 89-117, maio 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia, centro do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CARDIM, Pedro. **Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola**. In: Domingues, Ângela; Resende, Maria Leônia Chaves de; Cardim, Pedro (org.). *Os indígenas e as justiças no mundo Ibero-americano (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019. p. 29-84.

FERREIRA, Camila de Barros. **Gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista**: particularidades do capitalismo dependente na América Latina.

Orientador: Rodrigo Fernandes Ribeiro. 2022. 62 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2009.

GARCÉS, Claudia Leonor López; PÈRES, Sol Elizabeth González; SILVA, Juliano Almeida da; ARAÚJO, Marluce Oliveira de; COELHO-FERREIRA, Márlia. **Objetos indígenas para o mercado**: produção, intercâmbio, comércio e suas transformações. Experiências Ka'apor e Mebêngôkre-Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 10, n. 3, p. 659–680, out. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/kKZpCTXnrVQnzQXSMR5Wnnpd/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 6 abr. 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA [IEPE]. **Assembleia Indígena dos povos Karipunas, Galibis, Palikur**. *Mensagem*, Belém, n. 4, p. 4-7, jun. 1980.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Saberes da Floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KAYAPÓ, Edson. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil**: o que a escola tem a ver com isso. *Educação em Rede*, Florianópolis, SC, v. 7, p. 56-80, 2019. Disponível em: https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/05/educacao-em-rede_volume-7_paginas-56-80.pdf > Acesso em: 6 abr. 2024.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**: Pesquisa e organização: Rita Carelli. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **A inclusão da temática indígena na escola**: Desafios para a educação. In: RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. (org.). *Ciências, tecnologias, artes e povos indígenas no Brasil*: Subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real**: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MAGALHÃES, António M. **A identidade do ensino superior**: a educação superior e a universidade. 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. ***Analítica da colonialidade e da decolonialidade***: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MADONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-54. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MIGNOLO, Walter. ***Desobediência epistêmica***: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019.

MIGUEL, Antonio. ***Is the mathematics education a problem for the school or is the school a problem for the mathematics education?***. *Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática*, v. 4, n. 2, p. 1-35, 2014. Available: <<http://funes.uniandes.edu.co/26137/1/Miguel2014Is.pdf>> Access: 26 dez. 2023.

MIGUEL, Antonio; VILELA, Denise Silva; MOURA, Anna Regina Lanner de. ***Problematização indisciplinar de uma prática cultural numa perspectiva wittgensteiniana***. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 6-31, 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3053>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PEIXOTO, José Luís dos Santos; ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. ***A canoa do pantanal, Corumbás/MS, Brasil***: uso, importância e conhecimento pelos indígenas, europeus e comunidades tradicionais, *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO*, Recife, v. 40, jul-dez, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/250297>>. Acesso em: 6 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. ***Colonialidad del poder y clasificación social***. In: SANTOS, Boaventura; Meneses, Maria Paula. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009. p. 73-118.

QUIJANO, Aníbal. ***Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina***. *Anuário Mariateguiano*, Lima, v. 9, n. 9, p. 1997.

QUIJANO, Aníbal. ***Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina***. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

REIS, Maurício de Novais; DE ANDRADE, MARCILEA FREITAS FERRAZ. ***O pensamento decolonial***: análise, desafios e perspectivas. SILVA, p. 30, 1994.

SANTOS, Antonio Bispo. ***Colonização, quilombos***: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, B. S. ***Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes***. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83.

SILVA, Matheus Moreira da. ***Etnomatemática e relações comerciais na formação de professores indígenas***. Orientador: José Pedro Machado Ribeiro. 2018. 156 F. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2018.

SILVA, Matheus Moreira da; RIBEIRO, José Pedro Machado; NAZARENO, Elias. **Povos indígenas e as relações culturais, econômicas e políticas: reflexões sobre a interculturalidade crítica e a decolonialidade.** *Revista Tellus*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 43, p. 33-58, 2020. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/684>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SOUZA, Elizabeth Gomes. **A encenação de práticas socioculturais no contexto escolar.** 2019. 74 f. Relatório Final de Estudos Pós-Doutorais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SOUZA, Elizabeth Gomes; MIGUEL, Antônio. A encenação de práticas culturais na tessitura de outras escolas: a vida como eixo da ação educativa. *Rematec*, Belém, PA, v. 15, n. 33, p. 166-184, 2020. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/146>. Acesso em: 26 dez. 2023.

TAMAYO OSÓRIO, Carolina **Vení, vamos hamacar el mundo, hasta que te asustes:** uma terapia do desejo de escolarização moderna. *Vení, vamos hamacar el mundo, hasta que te asustes:* uma terapia do desejo de escolarização moderna. 2017. 295 F. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

TAMAYO OSÓRIO, Carolina; PARRA, Aldo. **Problematizando las relaciones de saber/poder de la Etnografía em la Etnomatemática.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ETNOMATEMÁTICA.6., Medellín, 2018. [Anais...] Medellín, Colômbia, 2018.

Submetido em: 22/04/2024

Aceito em: 07/12/2024